



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS - UNEAL
CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA EM GEOGRAFIA

MALENA ALVES DA CONCEIÇÃO

**O RITUAL DO TORÉ E AS FESTIVIDADES COMO ELEMENTOS DO
FORTALECIMENTO DA CULTURA INDÍGENA KATOKINN**

PALMEIRA DOS ÍNDIOS-AL

2025

MALENA ALVES DA CONCEIÇÃO

**O RITUAL DO TORÉ E AS FESTIVIDADES COMO ELEMENTOS DO
FORTALECIMENTO DA CULTURA INDÍGENA KATOKINN**

Artigo Científico apresentado ao Curso de Geografia do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), como requisito à obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientador(a): Prof. Dr. Reinaldo Sousa

PALMEIRA DOS ÍNDIOS-AL

2025

MALENA ALVES DA CONCEIÇÃO

**O RITUAL DO TORÉ E AS FESTIVIDADES COMO ELEMENTOS DO
FORTALECIMENTO DA CULTURA INDÍGENA KATOKINN**

Artigo Científico apresentado ao Curso de Geografia do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), como requisito à obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Sousa

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **REINALDO SOUSA**
Data: 09/05/2025 14:50:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Dr. Reinaldo Sousa (Orientador)

Documento assinado digitalmente
 **JOSE ADELSON LOPES PEIXOTO**
Data: 09/05/2025 14:35:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Dr. José Adelson Lopes Peixoto

Documento assinado digitalmente
 **ANGELA MARIA ARAUJO LEITE**
Data: 09/05/2025 13:39:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ângela Maria de Araújo Leite

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela força, coragem e fé que me sustentaram ao longo desta caminhada, iluminando meu caminho em momentos de dificuldade e celebração. À minha família, minha base e meu porto seguro, que esteve ao meu lado em todos os momentos. Aos meus pais, pelo amor incondicional, pelos conselhos valiosos e por acreditarem em meu potencial, mesmo nas situações mais desafiadoras. Aos meus irmãos, pela cumplicidade, pelo incentivo e pelas palavras de motivação que sempre me impulsionaram a seguir em frente. Cada gesto de carinho, paciência e apoio foi essencial para que eu alcançasse este objetivo. Vocês são a razão de muitas das minhas conquistas, e dedico este trabalho a vocês com todo o meu coração.

Expresso também minha gratidão ao meu orientador, cuja dedicação, paciência e prontidão em compartilhar seus conhecimentos foram fundamentais para a realização deste trabalho. Sua orientação precisa e encorajadora não apenas tornou cada etapa mais clara e desafiadora, mas também contribuiu profundamente para meu crescimento pessoal e acadêmico. Sou imensamente grata pela confiança e pelo apoio ao longo de todo este percurso.

Aos professores(as) e colegas, que ao longo do curso contribuíram com debates, críticas e sugestões, enriquecendo minha formação e ampliando minha visão acadêmica. Agradeço ainda às pessoas e instituições que participaram deste estudo, compartilhando experiências, dados e histórias que deram forma e significado a este trabalho. Por fim, um agradecimento especial aos amigos(as), que estiveram ao meu lado, acreditando em mim, mesmo nos momentos de dúvida. Cada palavra de incentivo e cada gesto de apoio fizeram toda a diferença nesta jornada. A todos vocês, meu sincero e profundo obrigado.

O RITUAL DO TORÉ E AS FESTIVIDADES COMO ELEMENTOS DO FORTALECIMENTO DA CULTURA INDÍGENA KATOKINN

Malena Alves da Conceição
malena.conceicao@alunos.uneal.edu.br

Prof. Dr. Reinaldo Sousa (Orientador)
reinaldo@uneal.edu.br

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar as manifestações culturais da etnia Katokinn, com foco na importância dos rituais e festividades para a construção e afirmação de sua identidade. O ritual do Toré, praticado ao longo do ano, e as festividades anuais, como a Corrida do Umbu, são elementos centrais na afirmação étnica e na resistência cultural do povo Katokinn, residentes no município de Pariconha, Alagoas. O estudo segue uma metodologia mista, combinando revisão bibliográfica e trabalho de campo, com a aplicação de entrevistas semiestruturadas, observação participante e questionários. Esta abordagem possibilitou captar tanto dados qualitativos quanto quantitativos, proporcionando uma compreensão ampla sobre o significado espiritual e cultural dos rituais. O trabalho também ressalta a importância dos Encantados, figuras espirituais essenciais na cultura Katokinn, que atuam como guias e protetores nas cerimônias e rituais, fortalecendo a identidade comunitária e espiritual. Além de serem expressões religiosas, o Toré e outras manifestações culturais funcionam como formas de resistência frente às adversidades históricas, como a colonização e a luta pela demarcação de terras. Essas expressões culturais são fundamentais para a preservação da herança cultural do povo Katokinn e para a continuidade de suas tradições, garantindo sua resistência e identidade diante das influências externas.

Palavras-chave: Cultura indígena. Katokinn. Resistência cultural. Toré.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho tem por objetivo analisar as manifestações culturais da etnia katokinn e a importância para o seu povo. O texto aborda as festividades e os rituais como elementos fundamentais para fortalecimento da cultura deste povo. Discute-se, sobretudo, a importância do ritual do *Toré* e das festividades. A cultura katokinn desempenha um papel crucial na afirmação étnica, e suas expressões culturais são essenciais no processo de reconhecimento da etnia. O toré é um ritual que acontece durante todo ano, com um motivo específico para acontecer, já as festividades são anuais. Além das festas, há também as corridas do umbu, praticada pelos três povos do município de Pariconha.

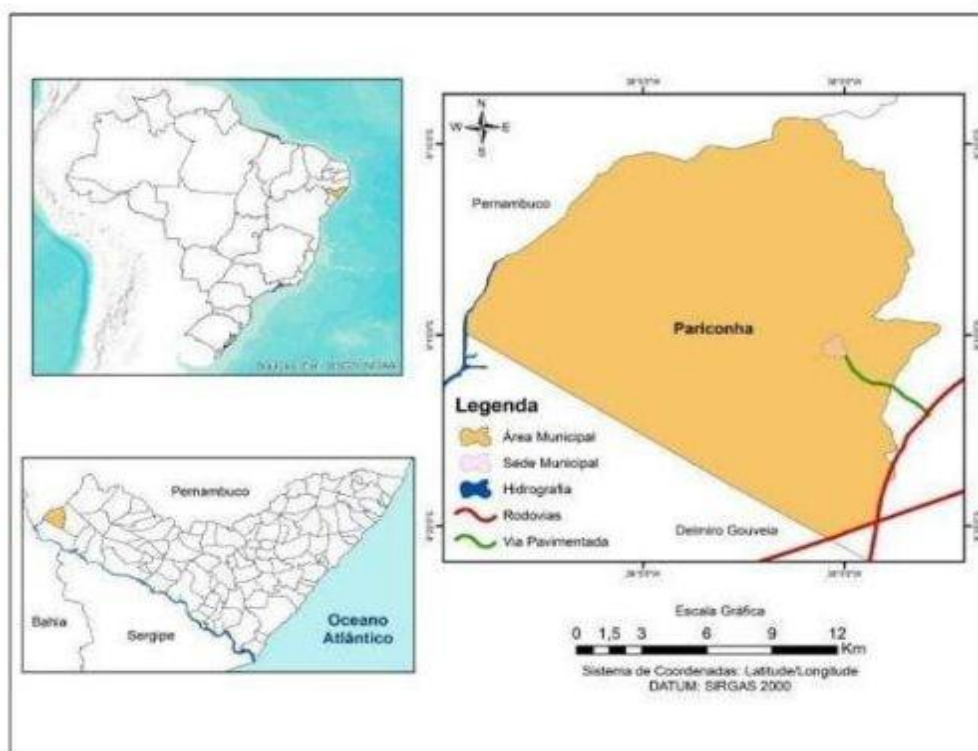
A pesquisa adotou uma abordagem mista do ponto de vista metodológico, combinando revisão bibliográfica com trabalho de campo. Inicialmente, foi conduzida uma revisão da literatura existente de autores como Ferreira (2024), Grunewald (2024), Peixoto (2024), Maria Santos (2024), Silva (2024), Silva (2024), Valentim (2024) e Vieira (2024), a fim de fundamentar teoricamente as questões abordadas. Para complementar a base teórica com dados empíricos, a etapa de campo envolveu a realização de entrevistas semiestruturadas com membros da comunidade. Além disso, a observação participante foi empregada como uma

técnica essencial para capturar sentidos e sentimentos que não foram possíveis nas entrevistas ou questionários. Por fim, no período de 10/09/2024 a 13/09/2024 foi realizada a aplicação de questionários estruturados, disponibilizados em formato de formulário online à comunidade, possibilitou a coleta de dados quantitativos que contribuíram para uma melhor compreensão da realidade da nossa aldeia.

REFERENCIAL TEÓRICO – CONCEITUAL

Os indígenas da etnia katokinn, residentes no Alto Sertão alagoano, no município de Pariconha (mapa 1), são descendentes do povo Pankararu, originalmente localizado em Pernambuco. Após quase um século de anonimato e perseguição, devido à sua cultura distinta, o povo katokinn segue resistindo, lutando incansavelmente para afirmar e manter viva sua herança cultural e tradições. De acordo com Vieira (2014, p. 241), foi no final do século XIX, que “[...] atravessando o rio Moxotó, chegaram à região sertaneja grupos indígenas oriundos do sertão pernambucano, mais especificamente do aldeamento Brejo dos Padres”. Atualmente, diz o autor, essa região corresponde aos atuais municípios de Petrolândia, Tacaratu e Jatobá. De acordo com Vieira, eles vieram para cá fugindo da violência, da fome e do desemprego. Aqui se reproduzirem física e culturalmente.

Mapa 1. Localização do município de Pariconha/AL.



Fonte: Amanda da Silva Oliveira. 2018.

Os rituais indígenas do povo Katokinn estão profundamente conectados com os *Encantados*¹, o terreiro e a comunidade como uma unidade inseparável. Os encantados, diz Silva, “[...] só podem ser alcançados por alguém que tenha valores morais e espirituais considerados importantes pelo grupo. Eles representam uma dimensão sagrada e são responsáveis pela proteção e orientação dos Jeripankó em suas cerimônias e rituais.” (Silva, 2015, p. 74). Na cultura indígena os encantados são peças fundamentais na estrutura espiritual e ritualísticas da comunidade. Eles são protetores e guias. Protegem a comunidade e guia pelos caminhos da vida, mostrando o caminho certo a seguir. Além da proteção, eles também orientam, através dos líderes, as práticas ritualísticas da comunidade, conectando com o mundo espiritual. Com isso os encantados reforçam a cultura e mostram que ela não é apenas simbólica, mas principalmente identidade cultural. Outra marca da cultura desta comunidade é o Toré.

[...] toré são, portanto, elementos sagrados e, apesar de sua difusão ritual ou simbólica em contextos não-indígenas, eles são sempre marcadores nativos que indicam, afirmam e delimitam a presença (inclusive espiritual) indígena na sociedade brasileira. Nos rituais das religiões brasileiras onde existem torés, estes são sempre um espaço indígena. (Grünewald, 2008, p. 43).

A fala de Grünewald destaca a centralidade do Toré como um elemento sagrado e identitário para os povos indígenas, funcionando como um marcador cultural e espiritual mesmo em contextos não-indígenas. Ela evidencia como o Toré transcende o âmbito ritual, reafirmando a presença e resistência indígena na sociedade brasileira. Esse aspecto é crucial para compreender a força simbólica do Toré na luta pelo reconhecimento cultural e na preservação das tradições indígenas, mesmo em espaços onde há influência de outras práticas religiosas ou culturais.

Trata-se de uma festividade que busca conectar, homenagear, pedir proteção ou mesmo fazer um agradecimento por uma graça alcançada. A fé nós encantados, juntamente com a dança, favorece uma forte conexão com a natureza e a espiritualidade. Durante o toré, os indígenas acreditam na presença destes seres encantados que podem abençoar a comunidade, atuando como intermediários do mundo físico com o espiritual. Além das vestes e de outros símbolos que complementam o ritual do toré, a exemplo do *poró* (local sagrado), há, por trás, das vestes os *Praiás*, que protegem a comunidade, reforçando a espiritualidade coletiva e garantindo a continuidade das tradições culturais diante de influências externas.

¹ Na cultura indígena, seres espirituais que se encantaram e são importante na cultura, pois são protetores do povo.

Os povos indígenas Nordeste brasileiro são conhecidos por praticar um tipo de Toré como forte aspecto de unidade do grupo étnico, tornando-se um símbolo de identidade, religião, cultura e reivindicação por direito. É uma dança ritualística, circular, marcada por forte pisada com pé direito, acompanhadas pelo som dos maracás (Santos; Bezerra, 2020, p. 19).

O Toré, além de ser uma manifestação religiosa e cultural, é uma forma de resistência e reivindicação de direitos. A dança, marcada pela forte pisada e o som dos maracás, é uma conexão com os encantados, com a ancestralidade e o território. Para nós, a prática não é apenas simbólica, mas também política, pois expressa a continuidade de uma existência e resistência frente às adversidades históricas, como a colonização e a luta pela demarcação de terras. O conhecimento é passado de geração em geração, de forma espontânea. Os indígenas migraram em busca de melhores condições de vida e, nesse processo, tiveram que se organizar socialmente em outro território, o que acabou fazendo com que adquirissem novos costumes, novas práticas. Porém, isso não fez com que eles perdessem o elo com suas raízes, com as memórias e as histórias narradas pelos seus antepassados. Mesmo tendo sua cultura modificada em alguns aspectos, as tradições e os rituais apreendidos e transmitidos de uma geração para outra, fizeram com que a herança cultural não fosse perdida e nem esquecida.

O Toré passou a ser praticado em silêncio, descartando, provisoriamente alguns instrumentos e utilizando-se de outros instrumentos e métodos com o intuito de resguardar seus conhecimentos para transmiti-los às gerações futuras, ou seja, procuraram realizar seus rituais sem fazer barulho, à meia luz, nos fundos dos quintais das casas. (Santos; Bezerra, 2020, p. 18).

Santos e Bezerra destacam que, em um contexto histórico de repressão e ameaças à cultura indígena, o Toré precisou ser adaptado: os rituais eram realizados em silêncio, com a utilização de poucos instrumentos e em ambientes discretos, como os fundos dos quintais, para garantir a continuidade dos conhecimentos tradicionais. Essa prática visava proteger a espiritualidade e a identidade cultural, assegurando que esses elementos fossem transmitidos de forma segura às futuras gerações.

Hoje, apesar das dificuldades ainda enfrentadas, o cenário mudou parcialmente. O Toré é praticado com maior visibilidade e liberdade, como forma de reafirmação cultural e resistência. A comunidade indígena tem trabalhado para promover suas tradições de maneira aberta, fortalecendo a identidade e buscando o reconhecimento dos seus direitos e práticas culturais. Assim, o Toré não é apenas uma expressão espiritual, mas também um símbolo de resistência e orgulho cultural que continua a evoluir, enquanto o povo indígena luta por maior respeito e valorização. Na cultura indígena a ancestralidade marca a identidade de cada povo. Já é de domínio público, e a história tem registrado ao longo dos tempos, a forma perversa como fomos colonizados. Por todo o território brasileiro os povos originários não só sofreram

fisicamente, como foram, em muitos casos, deslocados de sua cultura, tiveram suas heranças e tradições arrancadas contra seu gosto, sua vontade. De acordo com Almeida (2010, p. 31, apud Silva, 2018, p. 482) "em toda a América havia inúmeros povos distintos que foram chamados de índios pelos europeus que aqui chegaram". Almeida destaca um ponto importante sobre a diversidade dos povos indígenas na América e como eles foram generalizados pelos colonizadores europeus sob o termo "índios". Essa expressão, criada pelos europeus, agrupava uma ampla variedade de culturas, línguas, tradições e modos de vida distintos em uma única categoria, ignorando a complexidade e a individualidade de cada grupo.

Essa generalização contribuiu para perpetuação de estereótipos e preconceitos que desconsideram a riqueza cultural e as especificidades dos povos originários. No contexto acadêmico, reconhecer essa diversidade é essencial para entender o impacto da colonização e a luta atual dos povos indígenas pelo reconhecimento de suas identidades únicas e por direitos que respeitem suas particularidades culturais e territoriais. Contudo, eles continuam resistindo e passam, de geração em geração, seus valores, crenças e costumes. Afinal, para os povos indígenas, a ligação com a cultura herdada de seus antepassados fortalece a sua identidade étnica.

A fé nos *Encantados* e no *Toré*, nos rituais que realizam, contribui para construir e fortalecer a identidade. O *Toré*, por exemplo, é o maior símbolo de representatividade e identidade étnica para este povo e tem um papel muito importante no fortalecimento e na transmissão da herança cultural dos ancestrais. Essa manifestação pode se dar juntamente com os *Toantes*, mas alguns detalhes os diferenciam: os toantes fazem parte do canto na aldeia e é cantado pelo Pajé, pelo Cacique ou somente pelos cantadores. O toante é dançado apenas pelos Praiás (fotografia 2), enquanto o *Toré* (fotografia 3) pode ser dançado por toda a comunidade e pelos visitantes. A dança se dá de forma circular, mantendo uma conexão com o universo e sempre direcionada para o lado direito. Assim,

[...] o conjunto da execução do bailado e dos cânticos de toantes, conhecido como *Toré*, faz parte do ritual sagrado, sendo apenas a sua parte pública. Enquanto apresentação religiosa e ritual autônomo, se configura com diferenças em cada etnia, mesmo dentro de um mesmo tronco formador, mas foi o ícone eleito como marca identificadora para o indigenismo e para os próprios grupos indígenas, tornando-se assim, símbolo de indianidade possível no Nordeste brasileiro (Peixoto, 2018, p. 89).

A citação de Peixoto (2018) destaca o valor simbólico do ritual enquanto expressão da identidade indígena. Na fotografia abaixo, esse simbolismo é evidenciado pela apresentação do ritual do *Toré*, em que membros da etnia Katokinn utilizam vestimentas tradicionais e dançam em círculo, reafirmando coletivamente sua cultura, suas crenças e o sentimento de

pertencimento ao grupo. A imagem ilustra visualmente o que o autor descreve como marca identitária dos povos indígenas no Nordeste.

A fotografia abaixo registra o momento do ritual do Toré realizado exclusivamente pelos Praiá. Essa parte da cerimônia é restrita, sendo um momento de forte expressão espiritual e cultural que reafirma a identidade do grupo.

Fotografia 2 – Ritual dos Praiás



Fonte: acervo da autora, 2024.

A imagem seguinte mostra a participação da comunidade e visitantes na dança do Toré. Essa abertura reforça a coletividade e o compartilhamento da cultura Katokinn com outros grupos, fortalecendo laços e promovendo reconhecimento.

Fotografia 3 – Dança do Toré



Fonte: acervo da autora, 2024.

Os Praiás são homens cobertos da cabeça aos pés por roupões de croá, vestimenta que lhes assegura o anonimato. O ritual dos Praiás começa sempre com os toantes, canções sagradas que dão início à cerimônia. Durante a dança, que ocorre em círculo, um dos participantes gira no sentido contrário aos demais. Em alguns casos, esse ritual é empregado como uma ferramenta de luta e resistência cultural. Nas festividades, os Praiás utilizam pinturas corporais e outros adereços simbólicos, mantendo vivas suas práticas ritualísticas, apesar de anos de tentativas de invisibilização de suas crenças.

O Ritual está associado às práticas religiosas ou mística, criadas em torno da ideia de se estabelecer uma relação entre humanos Encantado, a partir do cumprimento de regras, doutrina, deveres e obrigações recíprocas para assegurar a harmonia do grupo e a transmissão dos saberes ao longo das gerações, mesmo que as ações da modernidade os obrigue a ressignificar ou modelar algumas práticas, comportamentos ou regras, ou até mesmo os levam a silenciar ou tentar ficar invisíveis na sociedade por algum tempo. (Peixoto, 2018, p. 111).

As festividades desempenham um papel fundamental na transmissão e fortalecimento da cultura indígena, servindo como um meio vital para a transmissão de tradições, valores e identidade cultural. Elas são uma expressão viva e uma celebração da herança cultural dos povos indígenas. A tradição indígena está profundamente ligada à natureza, o que se reflete claramente nos elementos presentes durante essas festividades. O barro usado para pintura corporal, os roupões confeccionados com croá, os frutos sagrados do umbuzeiro e o cipó utilizado na puxada do cipó são apenas alguns exemplos que demonstram essa rica marca cultural e a estreita conexão com o ambiente natural.

Na corrida do umbu, que acontece quando o primeiro umbu maduro é encontrado, geralmente entre novembro e dezembro, é marcado um dia para flechar o fruto (fotografia 4). O ritual se estende pelo sábado e domingo. Assim que um dos Praiás consegue flechar o umbu, inicia-se a disputa pela puxada do cipó (fotografia 5). Após essa festividade, o terreiro permanece aberto, sendo fechado apenas após a dança do cansanção, que ocorre no final de fevereiro e encerra no início de março.

São denominadas de Corridas de Umbu as atividades que compõem o complexo ritualístico da flechada do Umbu e puxada do Cipó. Essas atividades acontecem, respectivamente, quando é encontrado o primeiro fruto maduro do Umbu (normalmente em dezembro, as duas primeiras) e nos quatro finais de semana seguidos, após a Quarta-Feira de Cinzas (Peixoto e Souza, 2023, p. 111).

A imagem abaixo representa a abertura das Corridas do Umbú, que se inicia com o momento simbólico da flechada, marcando o início do ritual.

Fotografia 4 - Flechamento do Umbu



Fonte: autor desconhecido, 2023.

Já na próxima imagem, observa-se a puxada do cipó, que simboliza o esforço coletivo e a resistência cultural do nosso povo Katokinn. O ritual da dança do cansanção (fotografia 6) ocorre aos sábados à noite e aos domingos, começando pela manhã e se estendendo até o fim da tarde. Há um momento específico para a entrada dos indígenas que irão dançar com o cansanção no terreiro. Esse momento acontece no final da tarde de domingo, quando as mulheres entram carregando cestos com alimentos que serão oferecidos aos seus Encantados.

Após se organizarem no terreiro principal, conhecido como nascente, seguem para outro terreiro, chamado de poente. As mulheres conduzem os cestos, enquanto outros indígenas seguem em duplas, ambos levando o cansanção. Os Praiá acompanham o ritual juntamente com os demais participantes, fortalecendo o caráter coletivo da celebração. Após a dança, todos retornam ao terreiro principal, encerrando o domingo com três rodas de Toré, nas quais a comunidade e os convidados podem participar.

Fotografia 5 – Puxada do Cipó.



Fonte: acervo da autora, 2024.

O início da celebração é marcado quando um indígena encontra o primeiro umbu da safra, ou "imbu", como os indígenas costumam chamar. A Cacica Nina Katokinn comenta que parece um auxílio da natureza, mandando primeiro um fruto do imbu e só depois o restante da safra (Barretto, 2007). Assim, o início da festa costuma ocorrer no mês de dezembro, com a aparição do primeiro imbu, e a continuação, entre os Karuazu, ocorre somente depois do Carnaval, após participarem no domingo do Carnaval da abertura inicial entre os Pankararus, como já foi mencionado. A safra do fruto dessa planta está associada à celebração do complexo ritual. (Barreto, 2010, p. 118).

Barreto aborda o início das festividades relacionadas à safra do imbu, marcadas pela aparição do primeiro fruto e profundamente associadas às crenças e práticas espirituais dos indígenas Katokinn e Karuazu. O relato da Cacica Nina Katokinn evidencia a visão de reciprocidade com a natureza, onde o imbu é interpretado como um "auxílio da natureza". O ritual reforça o vínculo entre os ciclos naturais e as práticas culturais, sendo o início da safra um momento de celebração e renovação cultural. A descrição ainda destaca a organização temporal das festividades, situando-as em dezembro e estendendo-se até o período pós-Carnaval, o que demonstra a inserção dessas tradições em um calendário ritualístico próprio, conectado à sazonalidade e ao contexto regional. A imagem abaixo mostra a dança do Cansanção, na qual homens e mulheres dançam em duplas utilizando o cansanção. Os Praiá também participam da dança, porém de forma individual e sem o uso do cansanção.

Fotografia 6 - Dança do Cansanção



Fonte: acervo do autor, 2019

A "Corrida do Imbu", é uma prática ritualística que se estende por quatro finais de semana. Esse período não apenas celebra o imbu, mas também serve como um momento de transmissão de conhecimento entre gerações, representado pelo aprendizado que passa do "tronco velho" às "pontas de rama". O simbolismo do "Flechamento do Imbu", que marca o início das práticas, ilustra a relação cerimonial entre os indígenas e o meio ambiente, destacando a importância do umbuzeiro no cotidiano e na cultura da região. Além disso, a interação entre os grupos Pankararu e Katokinn e outras etnias no alto sertão, evidencia a força das alianças comunitárias na preservação das tradições. Esse ritual exemplifica como a conexão com a biodiversidade local fortalece a identidade cultural e a coesão social dos povos indígenas.

Segundo Valentim e Peixoto (2023, p. 57) "A tradicional festa do umbu é um evento ritualístico no qual comemora-se a safra do fruto do umbuzeiro nas comunidades indígenas descendentes dos Pankararu, localizadas no município de Pariconha, Alto Sertão do Estado de Alagoas". A citação destaca a relevância da festa do umbu como um evento ritualístico e cultural, profundamente enraizado nas tradições das comunidades indígenas descendentes dos Pankararu. Esse tipo de celebração não apenas evidencia a relação simbiótica entre essas comunidades e o meio ambiente, mas também reforça sua identidade cultural, coletiva e ancestral. No contexto do município de Pariconha, no Alto Sertão de Alagoas, essa prática tradicional transcende a simples comemoração da safra, funcionando como uma manifestação de resistência cultural e fortalecimento dos laços comunitários.

Além de valorizar o umbuzeiro como um elemento natural essencial, a festa ressalta a sabedoria tradicional dos povos indígenas, que utilizam o fruto tanto como recurso alimentar quanto como símbolo de abundância e conexão com a terra. Essa celebração pode ser interpretada também como um momento pedagógico, onde valores, histórias e rituais são

transmitidos entre gerações, contribuindo para a preservação de práticas que correm o risco de desaparecer diante das pressões da modernidade.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Na geografia, o lugar vai além de uma simples localização; ele representa um espaço onde vivemos nossas experiências, marcado por características físicas, culturais, sociais, mas também emocionais. Um lugar não é apenas uma coordenada geográfica, mas um espaço dotado de significado e conexões únicas para cada indivíduo. Essas conexões fazem com que diferentes pessoas tenham experiências distintas em um mesmo lugar, ou seja, o que é positivo para uma pessoa pode não ser para outra. O lugar é onde você sente seu pertencimento, ou seja, onde você goste de estar e possa dizer aqui é meu lugar.

Segundo Relph (Apud Ferreira, 2000) o processo de desenvolvimento de uma identidade do que estamos aqui chamando de lugar, seria uma combinação de observação, do contato direto com o lugar e das experiências estabelecidas antes deste contato. A aldeia katokinn, um lugar indígena, está localizada no município de Pariconha – Alagoas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a cidade possui uma área de 254,719 km² e uma população de 10.573 pessoas, o município possui um PIB per capita de R\$ 13.747,59. Está na Região Intermediária Arapiraca e Região Imediata de Delmiro Gouveia. A economia está baseada principalmente na agricultura e pecuária.

Já a comunidade Katokinn (mapa 7), que teve como primeiro pajé o senhor Juvino Henrique da Silva (Avilino), pai de Maria das Graças (Nina), possui cerca de 380 famílias e, aproximadamente, 1350 pessoas. É um povo descendente do tronco Pankararu. Sua origem está ligada à formação da aldeia com a senhora Maria das Graças Soares de Araújo, Cacica à época, que iniciou uma luta para conseguir o reconhecimento étnico. Em 2003, depois de muitas lutas, a aldeia teve seu reconhecimento étnico. Em seguida, no ano de 2009, seu Juvino Henrique da Silva (pajé) veio a falecer, sendo uma grande perda para comunidade, mas sua filha continuou lutando, pois existia uma grande jornada pela frente. Seu Adelino Aprígio dos Santos ocupou o cargo de pajé até o ano de 2018, quando faleceu. Desde então, Welison de Araújo Soares passou a exercer essa função e a mantém até os dias atuais. No ano de 2022 Maria das Graças faleceu, mas deixou muitas conquistas e o sentimento de que a luta deveria continuar. Hoje o seu sobrinho Daniel Soares do Nascimento é o Cacique da aldeia.

Mapa 7 - Território Indígena Katokinn

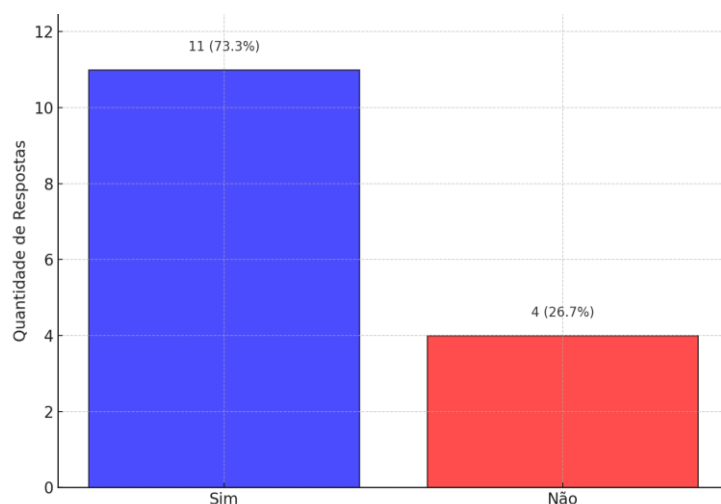


Fonte Google Earth

Organização: Izabela, Marta Gabriela e Malena, 2023.

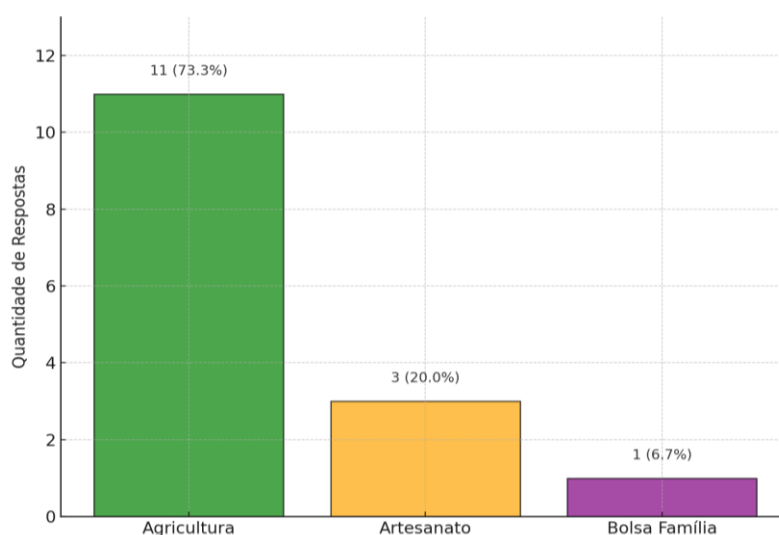
Os gráficos elaborados a partir de dados colhidos no trabalho de campo, trazem informações importantes para uma análise socioeconômica da comunidade em questão. Vejamos: O gráfico 1 apresenta os resultados da questão que investigou a percepção sobre a existência de um sistema de abastecimento de água adequado na comunidade analisada. 73,3% afirmaram que existe um sistema adequado, enquanto 26,7% indicaram que não há. Esses dados sugerem que, embora a maioria reconheça a existência de um sistema funcional, uma parcela significativa da população ainda enfrenta desafios relacionados à adequação do abastecimento de água. Isso pode apontar para problemas específicos, como irregularidade no fornecimento, baixa qualidade da água ou falta de acesso universal. Essa informação é crucial para identificar lacunas no sistema e propor soluções voltadas para atender plenamente as necessidades da comunidade.

Gráfico 1: Sobre a Existência de um Sistema de Abastecimento de Água Adequado



A agricultura é a principal atividade de subsistência, representando 73,3% das respostas. Artesanato e programas sociais (como o Bolsa Família) complementam a renda para 20% e 6,7% das pessoas (Gráfico 2), respectivamente. Esse dado reforça a dependência da comunidade de atividades primárias, com pouca diversificação econômica.

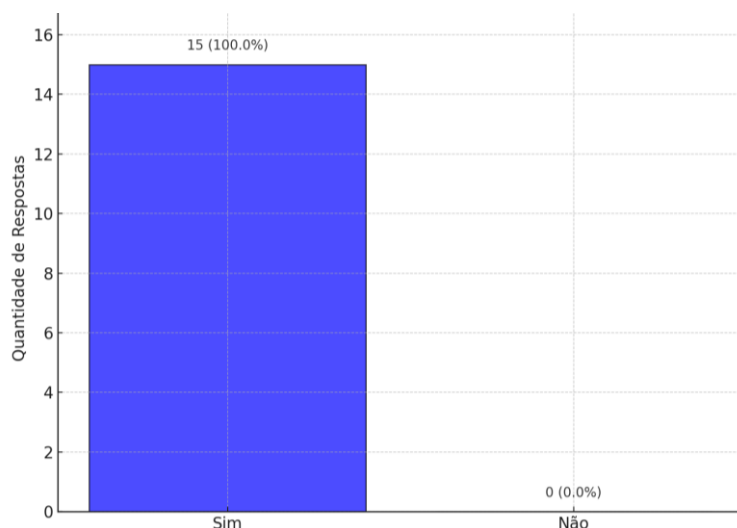
Gráfico 2: Principais Atividades de Subsistência



Todas as respostas indicam que há uma escola próxima e de fácil acesso para a comunidade (100%), como demonstrado no gráfico 3. Isso é um ponto positivo, destacando a presença de infraestrutura educacional e o potencial de inclusão escolar. Embora haja escola na comunidade, a estrutura não é adequada para os alunos, com espaços improvisados e limitados. Ainda assim, os profissionais se dedicam e garantem um ensino de qualidade. A comunidade

continua lutando por uma escola adequada, que atenda suas necessidades e respeite sua cultura.

Gráfico 3: Acesso a Escola na Comunidade

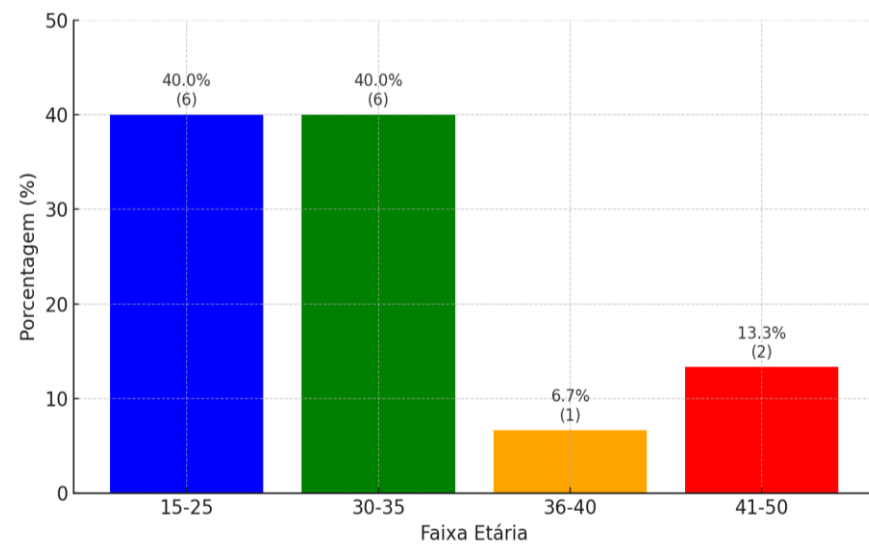


RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa mostrou que as festividades são elementos indispensáveis da cultura Katokinn. Elas permitem uma conexão com os encantados, além de proteção da comunidade. Os dados mostram o quanto as festividades e o Toré são importantes para a cultura do nosso povo. Através do Toré houve, e há, um reconhecimento étnico. As festividades, com grande participação da comunidade e visitantes, e passadas de gerações em gerações, é necessária para a reprodução e permanência da cultura. Mas, é preciso dizer que alguns desafios ainda persistem. Um exemplo são as lutas por território, pelo acesso à natureza. Mas, nosso povo luta cada dia mais pela nossa identidade cultural e preservação da sua cultura. São resistência.

Outros aspectos observados a partir do formulário também foram organizados em gráficos, conforme será apresentado a seguir. A faixa etária destacada dos entrevistados (Gráfico 4) está entre 15 e 35 anos, representando, juntas, cerca de 80% do total. Isso significa que a comunidade é muito jovem. As faixas de 35-40 anos (6,7%) e 40-50 anos (13,3%) tiveram menor participação. Foram abordadas 30 pessoas, mas apenas 15 responderam ao formulário.

Gráfico 4: Faixa Etária dos Participantes.



O Gráfico 5 mostra que 85,7% dos entrevistados afirmaram que não há demarcação oficial do território, enquanto 14,3% responderam que sim, há demarcação. Essa diferença nas respostas pode estar relacionada ao fato de que alguns moradores possuem terras particulares adquiridas por compra, o que pode ter levado à percepção de que se trata de uma terra demarcada. No entanto, é importante destacar que essas propriedades, mesmo sendo privadas, não possuem demarcação oficial enquanto território indígena, o que confirma que a comunidade, como um todo, ainda não conta com a regularização fundiária específica e reconhecida pelo Estado.

Gráfico 5: Sobre a Demarcação do Território



Algumas questões detectadas nas falas dos entrevistados, demonstram o quanto eles valorizam e acreditam em seus valores culturais. Para um deles, por exemplo, “[...] o toré é o ponto principal da comunidade foi por onde a comunidade teve reconhecimento e já era praticado há mais de 70 anos atrás, o toré dentro da comunidade, foi onde envolveu a comunidade na aldeia e foi por conta disso que a comunidade foi registrada, reconhecida mesmo sendo pertencente de Pankararu, já viam praticando o Toré entre as demais comunidades e foi onde estabeleceu a cultura” (Daniel, entrevista, 2024).

Além desta percepção, alguns dos entrevistados afirmam participar, ativamente, das atividades culturais. Um deles é enfático ao afirmar que “participo de todos os eventos culturais da minha comunidade, pois acredito que é fundamental estar presente para fortalecer nossas tradições, aprender com nossos anciãos e contribuir para a união do nosso povo” (formulário, 2024). Afinal, o papel deles na comunidade, diz outro, “é estar presente e fortalecer nossa cultura, participando de todos os eventos e rituais. Como mulher indígena, ajudo no que for necessário” (formulário, 2024).

Enfim, o Toré, os rituais e as festividades, na aldeia Katokinn, são fundamentais para fortalecer a identidade cultural e a união do povo. Eles preservam e transmitem saberes ancestrais, histórias, valores e a tradição, promovendo a conexão com a terra e com os antepassados. Esses eventos são momentos de celebração, troca de conhecimentos entre gerações e resistência cultural, essenciais para manter viva a cultura Katokinn. Assim, é preciso preservar e, para preservar é preciso conhecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As manifestações culturais do povo Katokinn desempenham um papel crucial na afirmação de sua identidade étnica e na reafirmação de suas tradições. A pesquisa revelou que rituais como o Toré, realizados em conexão com os Encantados e o território, transcendem expressões simbólicas, atuando como práticas de resistência frente à colonização e à luta pela demarcação de terras. Essas práticas são fundamentais para a afirmação da soberania cultural e para o fortalecimento da identidade coletiva, funcionando como um elo entre passado, presente e futuro.

Ademais, as festividades, como a corrida do umbu, promovem não apenas o fortalecimento da união comunitária, mas também o reconhecimento interétnico, demonstrando como os valores culturais Katokinn dialogam com outras identidades e enriquecem o tecido social mais amplo. Essas celebrações são marcadas por significados profundos que ultrapassam o caráter recreativo.

A abordagem metodológica adotada neste estudo possibilitou captar não apenas os aspectos técnicos das manifestações culturais, mas também os significados espirituais e simbólicos associados a elas. Tal abordagem evidenciou a importância de transmitir esses conhecimentos às futuras gerações, ressaltando a necessidade de iniciativas educacionais e culturais que reforcem esse legado. Conclui-se que a cultura Katokinn é um pilar essencial para a continuidade do povo, e é imprescindível garantir políticas públicas que assegurem não apenas o fortalecimento e continuidade de nossa cultura e território, mas também o respeito aos seus direitos e autonomia.

Este trabalho contribui para o reconhecimento da riqueza e da resistência cultural indígena, oferecendo subsídios para reflexões acadêmicas e sociais. No entanto, destaca-se a necessidade de pesquisas futuras que ampliem o diálogo intercultural e aprofundem o entendimento das dinâmicas internas do povo Katokinn, bem como de outros povos indígenas. Somente com o fortalecimento do compromisso coletivo poderemos assegurar a diversidade cultural e a justiça histórica tão necessárias para a construção de uma sociedade verdadeiramente plural e equitativa.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Luiz Felipe. ***Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo***. Revista Território, Rio de Janeiro, v. 9. jul./dez. 2000. p. 65- 83. Disponível em: <<https://doceru.com/doc/x5e5cn>>. Acesso em: 28 set. 2024.

GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo. **Toré e Jurema**: emblemas indígenas no nordeste do Brasil. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.60, n.4, p. 43-45 2008. ISSN 2317-6660. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000400018>. Acesso em: 08 nov. 2024.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Minha identidade é meu costume**: religião e pertencimento entre os indígenas Jiripankó- Alagoas. 2018, 204 f. Tese (Doutorado) – Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. Doutorado em Ciências da Religião. Recife, 2018. Disponível em: <https://www.gphial-uneal.com.br/teses>. Acesso em: 03 maio 2024.

PEIXOTO, José Adelson Lopes; SOUZA, Tércio Santos de. **RITUAL DAS CORRIDAS DO UMBU E A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DOS INDÍGENAS JIRIPANKÓ. PARALELLUS Revista de Estudos de Religião - UNICAP**, Recife, PE, Brasil, v. 14, n. 35, p. 441–456, 2023. DOI: 10.25247/paralellus.2023.v14n35.p441-456. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/2423>. Acesso em: 4 maio. 2024.

SANTOS, Maria Aparecida Oliveira dos; BEZERRA, Ricardo José Lima. ***O TORÉ DOS XUKURU-KARIRI***: IDENTIDADE E AUTOAFIRMAÇÃO RELIGIOSA INDÍGENA EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS DE ALAGOAS. Revista Ouricuri, Juazeiro, Bahia, v.10, n.1. p.014-030. jan./jul., 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/ouricuri/article/view/10397/ouricuri.10.1-3>>. Acesso

em: 28 set. 2024

SANTOS, Maria Aparecida Oliveira dos; BEZERRA, Ricardo José Lima. **O toré dos Xukuru-Kariri: identidade e autoafirmação religiosa indígena em Palmeira dos Índios de Alagoas**. Revista Ouricuri, Juazeiro, Bahia, v.10, n.1. p.14-30. jan./jul., 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/ouricuri/article/view/10397/ouricuri.10.1-3>. Acesso em: 05 nov. 2024.

SILVA, A. C. da. **Jeripankó: história, ritual e cultura****. 2015. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura Intercultural Indígena) — Universidade Estadual de Alagoas, Palmeira dos Índios, 2015. Disponível em: <https://www.gphial-uneal.com.br/_files/ugd/240cb7_1e2f57ec18d24c2bbe9c97316bbaecb9.pdf?index=true>. Acesso em: 10 ago 2024.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. **Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 480-500, set./dez. 2018. DOI: 10.1590/0101-6628.155. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/rX5FhPH8hjdLS5P3536xgxf/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 08 nov. 2024.

VALENTIM, Letícia Alves; PEIXOTO, José Adelson Lopes. **As corridas do umbu na aldeia Katokinn**. Revista de Estudos Indígenas de Alagoas – Campiô, Palmeira dos Índios, v. 2, n. 1, p. 56-70, 2023. DOI: 10.48017/rc.v2i1.435. Disponível em: <<https://periodicosuneal.emnuvens.com.br/campio/article/view/435>>. Acesso em: 22 nov. 2024.

VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga. **Práticas identitárias e ressignificação do universo imaginário dos povos indígenas do sertão de Alagoas**. 2014, 290 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: https://www1.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI2°0170623171906.pdf. Acesso em: 03 maio 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pariconha (AL): panorama**. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pariconha/panorama>>. Acesso em: 13 out. 2024.